

O projeto "Espírito Santo Século 21", que entrou ontem na fase de debates e apresentação dos problemas levantados pela equipe de técnicos nos últimos cinco anos, pode ser concebido pelos atuais e futuros governantes capixabas como uma radiografia atualizada e bastante apropriada ao fomento de diretrizes pragmáticas para equalização das urgências do Estado. Inclusive por ter sido o resultado dos anseios da população, através da participação dos segmentos organizados nas duas fases iniciais de constatação das prioridades, a iniciativa da **Rede Gazeta de Comunicações**, Ufes, Geres, Bandes e Coplan traz em seu bojo a legitimidade que nas democracias modernas é o sustentáculo de qualquer plano de governo.

Para o Espírito Santo, hoje, a validade do projeto

está na contundência da realidade apresentada e na riqueza de informações oferecidas, que podem sustentar projetos em bases realistas para vários setores específicos. Com clareza iridescente, os 50 títulos até agora editados fazem o inquestionável dignóstico capixaba nas áreas de meio ambiente, recursos naturais, educação, economia, política, saúde, população, sócio-cultural, infraestrutura e habitação. E com base na avaliação de técnicos abalizados, estimula soluções.

No setor de meio ambiente, por exemplo, o projeto mostra que a preocupação ecológica e com os recursos naturais é maior que com as demais áreas, inclusive no interior. Ficou comprovada a existência de um grande desejo de participação nas decisões e na

condução do processo político em torno das questões ambientais. Sobre recursos naturais, os estudos comprovam que a Grande Vitória é a região mais seriamente afetada pela degradação ambiental decorrente da industrialização e urbanização descontroladas. No plano da educação, o projeto mostra que o crescimento da demanda e a desestruturação da oferta atual são elementos preocupantes para o futuro do Estado.

Na avaliação da economia capixaba, o vaticínio é o de que as maiores transformações devem acontecer mesmo na região da Grande Vitória, onde estão concentrados 70% das 100 maiores empresas, o grande comércio e a maioria dos serviços especializados. E sobre política, o projeto mostra ser necessário recu-

perar certas questões que polarizaram a Assembléia Nacional Constituinte, principalmente a necessidade de se romper com o modelo sócio-econômico construído no pós-64.

Sobre política de saúde a meta é suplantando os conflitos gerenciais existentes; em termos sócio-culturais a preocupação é com o aumento dos bolsões de pobreza, desemprego e subemprego e a conseqüente marginalização social; e sobre habitação o vaticínio é alarmante: se não forem tomadas providências, a situação de carência tende a se deteriorar. Na verdade, tudo isso mais cedo ou mais tarde terá de ser enfrentado de frente pelos governantes, já que, na virada do terceiro milênio, governar com competência será sinônimo de conhecimento efetivo da realidade governada.